



VILAREALSTºANTONIO

1
Hélic Gest
A

ATA Nº. 1/2018

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 3 de janeiro de 2018.

Aos três dias do mês de janeiro de 2018, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, comigo, Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores Luis Miguel Guerreiro Romão, Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, Rui Carlos Piloto Pires, António Maria Farinha Murta, Manuel Filipe Pôla Alturas e Amélia Augusta do Eirado Morim da Cunha, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS PERMANENTES;
- CRIAÇÃO DOS FUNDOS DE CAIXA PARA O ANO DE 2018;
- DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA. BAIRRO SOCIAL – LOTE 5 – FRACÇÃO “G” – 2.º ESQUERDO – VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. REQUERENTE: JOAQUIM JOSÉ MATEUS CARDOSO;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO. RUA DO EXÉRCITO, Nº 4, 2º, 8900-277 VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TURISMO E HISTÓRIA 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA A MONITORIZAÇÃO DO PAM – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DO APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DO PATRIMÓNIO CULTURAL 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE – 1862/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE – 1863/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE – 1864/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE – 1866/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS, A ENTIDADE EXTERNA – RENOVAÇÃO 2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DE ALUNOS DE PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLA DE VRSA, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TERAPIA DA FALA, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM CRIANÇAS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CULTURAL, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COORDENAÇÃO DO GABINETE DE APOIO AO EMPREGO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;

- PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – MARIA ANGELINA FERNANDES VEIA;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências dos Srs. Vereadores Cristina Nogueira Mira e Álvaro Filipe Madeira Leal, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 28 de dezembro de 2017, apresentando um saldo de 1.609.542,54 € (um milhão, seiscientos e nove mil, quinhentos quarenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Sra. Presidente começou por informar que a obra de substituição da cobertura do Mercado Municipal de Vila Real de Santo António terá início no dia 15 de janeiro, sendo a previsão da sua execução de quatro meses. Para o efeito, a partir do dia 8 de janeiro irá proceder-se à reorganização das bancas e que durante o período de execução da obra ficarão suspensos os pagamentos das taxas municipais.

O Sr. Vereador Manuel Pôla Alturas questionou se só irá ser substituída a cobertura ou se irão ser efetuados melhoramentos das infraestruturas.

O Sr. Vereador António Murta referiu que ao abrigo da legislação atualmente em vigor, a substituição da cobertura do Mercado já deveria ter sido efetuada e que a Câmara Municipal deveria fazer uma intervenção de fundo com a criação de novas valências, com uma maior dinamização do espaço, à semelhança do que acontece com outros mercados municipais pelo país. Reiterou que lhe fossem facultados os relatórios solicitados nas anteriores reuniões assim como um relatório relativo às despesas da festa de passagem de ano. Acusou a receção da comunicação por parte da Sr.^a Chefe de Gabinete dando conta da alteração do gabinete dos Vereadores, sendo que não concordava com o termo utilizado de Vereadores de oposição. Por último, solicitou informação relativa à candidatura a património mundial da Unesco.

A Sra. Vereadora Amélia Cunha manifestou igualmente a sua discordância com o termo de Vereadores de oposição, bem como reafirmou a necessidade da divisão do gabinete pelas duas forças política. Solicitou um ponto de situação sobre a proposta aprovada em reunião anterior sobre a reposição dos 25 dias de férias aos trabalhadores da Câmara Municipal; questionou se a mudança dos serviços está a afetar as condições de atendimento aos munícipes; informação sobre o montante do valor da dívida à Águas do Algarve, limpeza da Praia de Santo António; contentores do lixo que se encontram em mau estado e pediu esclarecimentos sobre a instalação do Posto de Turismo de Monte Gordo.

A Sra. Presidente informou que a obra do Mercado Municipal de Vila Real de Santo António foi realizada durante o mandato do Sr. Vereador António Murta, que estão no entanto, previstas obras de requalificação faseadas. Informou que os relatórios solicitados irão ser entregues até ao final do mês de janeiro.

Relativamente ao Gabinete dos Vereadores sem Pelouros está disponível uma sala equipada com duas secretárias e dois computadores. Convidou os Srs. Vereadores a realizar uma visita às instalações da Câmara Municipal acompanhados pela Sr.^a Chefe de Gabinete.

A Sra. Presidente informou ainda que foram consultados os sindicatos para ser efetivada a reposição dos 25 dias de férias e, que o Posto de Turismo de Monte Gordo irá ser instalado de acordo com a reunião realizada com o Presidente da Região de Turismo do Algarve. Quanto à candidatura de Vila Real de Santo António à Unesco não reuniu os requisitos suficientes para a sua eleição, não se declinando uma nova candidatura.

O Sr. Vereador António Murta reafirmou que o Mercado Municipal é um projeto com 36 anos, que teve o seu início no mandato do Sr. Presidente Alfredo Graça, não existindo legislação sobre a matéria. Face ao atual quadro legal, a Câmara Municipal encontra-se em incumprimento desde 2015.

O Sr. Vereador Manuel Pôla Alturas solicitou que lhe fosse facultado o contrato e pagamentos efetuados pela ESSE relativos ao estacionamento. Questionou sobre a exclusão ou inclusão do edifício da Associação dos Pescadores na obra de requalificação da Praia de Monte Gordo e sobre o projeto da obra no jardim da mesma freguesia.

A Sra. Presidente informou novamente que os relatórios irão ser entregues até ao final do mês de janeiro. O edifício da Associação dos Pescadores está implementado no domínio da Docapesca, portanto em área de jurisdição diferente; Quanto ao projeto da obra no jardim é público e que pode ser consultado e que, a propósito, informou que irá vai ser realizada uma reunião com a empresa construtora Soares da Costa.

6
Hélio
X

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS PERMANENTES.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que constitui parte integrante da ata, no sentido de ser autorizada a constituição dos seguintes fundos para a respetiva finalidade, para o ano de 2018, tendo em consideração o estabelecido do n.º 2.3.4.3. do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, bem como os nºs 1 e 2 do Artigo 16 do Regulamento de Controlo Interno, aprovado em ordinária de 14 de Dezembro de 2007:

1 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 2.000€ (dois mil euros) à Dr.ª Ana Teresa Roberto Palma Guerreiro, no âmbito das funções desempenhadas como Chefe de Gabinete, destinados a fazer face a despesas imprevisíveis e em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento do Município nas classificações orçamentais 01.02.02.02.25.03 e 01.02.02.01.21, ficando à responsabilidade da mesma.

4
Hélic6sl.
A

2 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Dr.^a Paula Cristina Leal Horta, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, destinado a fazer face a despesas correntes imprevisíveis em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento administrativo do Município na classificação 01.02.02.02.25.03, ficando à responsabilidade da mesma.

3 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Eng.^a Vanda Sofia Cipriano Palma, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, destinado a fazer face a despesas decorrentes de inspeções e reinspeções de veículos, combustível em postos de abastecimento fora do programa de frota e portagens de veículos sem via verde, na classificação 01.02.02.02.25.03, ficando à responsabilidade da mesma

4 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 2.000€ (dois mil euros) à Eng.^a Vanda Sofia Cipriano Palma, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, destinados a fazer face a despesas imprevisíveis e em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento do Município na classificação orçamental 01.02.02.01.21, ficando à responsabilidade da mesma.

5 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Dr.^a Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, destinado a fazer face a despesas decorrentes de custas em processos judiciais e em virtude da sua natureza, o pagamento tem que ser efetivado no próprio ato, na classificação 01.02.02.02.25.03, ficando à responsabilidade da mesma.

6 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 500,00€ (quinhentos euros) à Dr.^a Sandra Isabel Rodrigues do Carmo, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Educação e Juventude, destinado a fazer face a despesas correntes imprevisíveis em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento administrativo do Município, na classificação 01.02.02.02.25.03, ficando à responsabilidade da mesma.

7 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 200€ (duzentos euros) à Dr.^a Patricia Alexandra Teixeira Rodrigues, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Ação Social, destinados a fazer face a despesas imprevisíveis e em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento do Município na classificação orçamental 01.02.02.01.21, ficando à responsabilidade da mesma.

CRIAÇÃO DOS FUNDOS DE CAIXA PARA O ANO DE 2018.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado a criação de um Fundo de Caixa afeto ao Parque de Campismo de Monte Gordo no montante de 5.000 euros, com reposição semanal (em regra à segunda-feira), a criação de um Fundo de Caixa afeto à Tesouraria Municipal no montante de 5.000 euros, com reposição diária, e que sejam autorizados movimentos de recebimentos e pagamentos na Caixa da Tesouraria Municipal, desde que, os movimentos registados em simultâneo não provoquem alterações no saldo diário, documento que constitui parte integrante da ata.

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - BAIRRO SOCIAL - LOTE 5 - FRACÇÃO "G" - 2.º ESQUERDO - VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. REQUERENTE: JOAQUIM JOSÉ MATEUS CARDOSO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, sito no Bairro Social de Vila Real de Santo António, constituído em propriedade horizontal sob o número F2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António sob o n.º 01420/930820, artigo matricial n.º 6365, composto por sala comum, cozinha, despensa, instalação sanitária, três dormitórios, duas varandas e terraços, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 92.00 m², destinado a Habitação, localizado no Lote 5 - Fração "G" - 2.º Esquerdo, em Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da ata.

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO. RUA DO EXÉRCITO, Nº 4, 2.º, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do Prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8251, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 50,91 m², com a área total de 52.83 m², destinado a habitação, localizado na Rua do Exército, n.º 4, 2.ª, em Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TURISMO E HISTÓRIA 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

11
Helicóptero
H

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Luís Romão no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área de turismo e história, para dinamização dos Postos Municipais de Informação Turística, na freguesia de Vila Real de Santo António e Manta Rota, com a entidade João Carlos Guerreiro Miguel Pereira, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA A MONITORIZAÇÃO DO PAM – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para a monitorização do PAM, por um período de 12 (doze) meses, com início a 1 de janeiro de 2018 e termo em 31 de dezembro de 2018, com possibilidade de renovação do contrato por 2 (dois) períodos sucessivos idênticos, com a entidade Maria Dulce Duarte, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2018 – PEDIDO DE
PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área da Comunicação, para a incrementação de redes e plataformas de contato da autarquia com os órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, entidades públicas e privadas e demais entidades associativas e institucionais, pelo período de 1 (um) ano, com possibilidade de renovação por 2 (dois) períodos sucessivos idênticos, com a entidade José Filipe dos Santos Antunes, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

- A Sra. Presidente retirou a proposta para ser reformulada.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DO APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

17
Hélio Gsh.
X

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço."

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.



= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área do apoio técnico- administrativo, para colaboração no Centro Cultural António Aleixo, por um período de 12 (doze) meses, com a entidade Aida Sofia Madeira Guerreiro, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DO PATRIMÓNIO CULTURAL 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

20
Hélio G. L.

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área do Património Cultural, para colaboração na investigação, planeamento, gestão, valorização e divulgação cultural e patrimonial, com a entidade Fernando José Matos Pessanha, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE – 1862/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Exe3cutivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para dinamizar projetos desportivos com adultos no concelho de Vila Real de Santo António, professor no programa de adaptação ao meio aquático para alunos do primeiro ciclo e do ensino pré-escolar, lecionar sessões de basquetebol e de futebol a grupos de jovens envolvidos em projetos sócio desportivos da autarquia de Vila Real de Santo António, por um período de 36 (trinta e seis) meses, com a entidade Ricardo Manuel Verlhano António, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE – 1863/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para dinamizar projetos desportivos com adultos no concelho de Vila Real de Santo António, professor no programa de adaptação ao meio aquático para alunos do primeiro ciclo e do ensino pré-escolar, lecionar sessões de basquetebol e de futebol a grupos de jovens envolvidos em projetos sócio desportivos da autarquia de Vila Real de Santo António, por um período de 36 (trinta e seis) meses, com a entidade Hugo Miguel Ferreira Viegas, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE – 1864/2017 – PEDIDO DE
PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e s votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para dinamizar projetos desportivos com adultos no concelho de Vila Real de Santo António, professor no programa de adaptação ao meio aquático para alunos do primeiro ciclo e do ensino pré-escolar, lecionar sessões de basquetebol e de futebol a grupos de jovens envolvidos em projetos sócio desportivos da autarquia de Vila Real de Santo António, por um período de 36 (trinta e seis) meses, com a entidade Nuno Miguel Pessanha Ferreira, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE – 1866/2017 – PEDIDO DE
PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato de apoio clínico de psicologia na área da avaliação e no acompanhamento de adultos; colaboração em grupos de trabalho na área da saúde escolar e no ensino especial; participação no grupo de Intervenção na Crise; participação em ações de formação em temáticas específicas, por um período de 36 (trinta e seis) meses, com início a 1 de janeiro de 2018 e termo em 31 de dezembro de 2020, com a entidade Jorge André Mendes Hilário, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS, A ENTIDADE EXTERNA –
RENOVAÇÃO 2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para renovar o contrato da prestação de serviços, de Revisor Oficial de Contas, a entidade externa, para elaborar relatórios das contas da autarquia semestralmente, consultoria fiscal e contabilística, deslocações e estadias incluídas, à entidade Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

30
Helic6sh.
X

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato para lecionar sessões de futebol e basquetebol a grupos de jovens envolvidos em projetos sócio desportivos da autarquia de Vila Real de Santo António, por um período de 36 (trinta e seis) meses, com início a 1 de janeiro de 2018 e termo em 31 de dezembro de 2020, com a entidade Pedro Manuel Neves Mendonça, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DE ALUNOS DE PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLA DE VRSA, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço."

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato para avaliação e acompanhamento psicológico de alunos de pré-escolar e 1º Ciclo dos agrupamentos de escolas de Vila Real de Santo António, colaborar com a Equipa de Intervenção Precoce na Infância para avaliação de alunos referenciados por IPSS locais, participação no grupo de trabalho para a realização de formações e workshops, publicações de artigos, tratamento de dados estatísticos do NEIP e realização de posters, orientação de Estágios curriculares da Universidade do Algarve, por um período de 36 (trinta e seis) meses, com início a 1 de janeiro de 2018 e termo em 31 de dezembro de 2020, com a entidade Ana Isabel Ximenes Salvador, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TERAPIA DA FALA, NA MODALIDADE DE AVENÇA –
PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato para terapia da fala fazer avaliação e Intervenção em crianças dos 0 aos 12 anos, nos agrupamentos de escola de Vila Real de Santo António; colaboração com a equipa de intervenção precoce na avaliação e Intervenção de crianças do pré-escolar; realização de formação específica no âmbito da terapia da fala para pais e professores, por um período de 36 (trinta e seis) meses, com início a 1 de janeiro de 2018 e termo em 31 de dezembro de 2020, com a entidade Cláudia Raquel Dias Botelho, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM CRIANÇAS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato para avaliação e intervenção psicológica em crianças e adultos. (sinalizações provenientes das escolas) e adultos na junta de freguesia de Vila Nova de Cacela; avaliação e Intervenção Psicológica de crianças do ensino pré-escolar; formação para pais e professores, por um período de 36 (trinta e seis) meses, com início a 1 de janeiro de 2018 e termo em 31 de dezembro de 2020, com a entidade Susana Isabel Calvinho Martins, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CULTURAL, NA MODALIDADE DE AVENÇA -
PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato para assessoria ao trabalho realizado no Arquivo Municipal; criação de uma coleção de “Cadernos Escolares”, publicações acerca da história do Concelho de Vila Real de Santo António; apoio ao estudo toponímico; apoio em eventos, nomeadamente no dia 13 de maio, assessoria cultural e histórica, por um período de 1 (um) ano, com a entidade Areninvestig, Sociedade Unipessoal, Lda., e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COORDENAÇÃO DO GABINETE DE APOIO AO EMPREGO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, NA MODALIDADE DE AVENÇA - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de dezembro a Sra. Presidente propôs a aprovação de diversos contratos de prestação de serviços a entidades individuais que veem desempenhando funções há diversos anos nos serviços municipais;

Os Vereadores do Partido Socialista, contestaram esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Técnicos contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Esperávamos que estes processos estivessem organizados com documentos referidos pelas Sra. Presidente que justificassem a política seguida pelo Executivo sem matéria de recursos humanos;

Tal não aconteceu.

Assim:

ho
Hélio
A

Não é justificável que a maioria dos contratos de prestação de serviços agora propostos seja uma continuação de outros já efetuados ao longo dos últimos anos. Existem Técnicos que estão nesta situação precárias com contratos ilegais há cerca de uma década;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Assim propomos:

Que seja aberto concurso para admissão do Técnico em questão;

Que seja retirada a proposta do contrato de prestação de serviço.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Manuel Pôla Alturas e Amélia Cunha.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas e o voto contra da Sra. Vereadora Amélia Cunha, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 1 e 7 do artigo 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para a celebração de contrato para estabelecer parcerias no âmbito do GAE com empregadores do Concelho; receber no GAE munícipes que se encontrem desempregados e ajudá-los na procura de emprego, nomeadamente criando um perfil próprio de cada trabalhador desempregado e direcionando-o para uma oferta adequada, por um período de 1 (um) ano, com possibilidade de renovação por dois períodos idênticos e sucessivos, com a entidade Rita Isabel Rodrigues Barrada, e por se tratar de um

h1
Hélic6sl.
X

compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da ata.

- Pela Sra. Vereadora Amélia Cunha foi formulada a seguinte declaração de voto:

“A CDU vota contra a criação deste gabinete de apoio ao emprego do Município de Vila Real de Santo António por considerarmos que esta função é desempenhada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional através do Centro de Emprego Local.”

- Pela Sra. Presidente e subscrita pelos Srs. Vereadores Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“A prestação de serviços agora aprovada é em parceria com o Instituto de Emprego de Vila Real de Santo António.”

h2
HÉLÉNE G. L.
A

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – MARIA ANGELINA FERNANDES VEIA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta e Manuel Pôla Alturas, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de se deferido o pedido de indemnização a Maria Angelina Fernandes Veia num montante total de 1.008,51 € (mil e oito euros e cinquenta e um cêntimos), mediante a apresentação dos documentos originais de suporte das despesas, documentos que constituem parte integrante da ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e quinze minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Hélio Moreira Mestre Valente de Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, a redigi, subscrevo e assino.

Hélio Moreira Mestre Valente de Costa Gonçalves

Hélio Gsh.